



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL

REFERÊNCIA: PROCESSO ELETRÔNICO SEI nº 0007658-63.2019.6.18.8000

ASSUNTO: Análise do pedido de impugnação ao Edital nº 41/2019, interposto pela empresa THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.

O Pregoeiro do TRE-PI, designado pela Portaria nº 38/2019, no exercício das suas atribuições, apresenta resposta à impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 41/2019 interposta pela empresa **THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.**, CNPJ nº 90.347.840/0057-72.

1 – DA TEMPESTIVIDADE

O item 12.1 do Edital prevê que qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão no prazo de **até 02 (dois) dias úteis antes** da data fixada para abertura da sessão pública, marcada para 04/11/2019, quinta-feira. Considerando o ponto facultativo do Dia do Servidor ter sido transferido para o dia 31/10/2019, bem como o feriado judiciário de 01/11/2019, o prazo para impugnar seria 29/10/2019. Uma vez que foi encaminhada na quarta-feira, dia 30/10/19, é intempestiva. Entretanto, de ofício, optou-se pelo julgamento do mérito de forma a garantir a transparência, a motivação e a publicidade.

2 – DA SÍNTESE DOS FATOS E DO PLEITO

A empresa em epígrafe apresentou impugnação ao edital do Pregão em comento, cujo objeto é a escolha da melhor proposta de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de modernização tecnológica com o fornecimento do projeto executivo de 02 (dois) elevadores e substituição integral de 01 (um) elevador, incluindo o fornecimento de todas as soluções tecnológicas

necessárias, dos serviços de instalação e de manutenção preventiva e corretiva e de garantia, alegando, em síntese:

2.1. Que o prazo de atendimento de chamado exigido no subitem 7.3.3 do Termo de Referência, que é de 30 minutos, é exíguo, sendo importante que seja retificado para 60 minutos;

2.2. Que o prazo máximo para conserto do equipamento também é exíguo, solicitando sua alteração para o máximo de 3 (três) dias úteis, ainda se admitindo prazo superior para determinados componentes;

2.3. Que o edital é silente quanto à responsabilidade por intervenção de terceiros contratados pelo TRE-PI, solicitando inclusão de obrigação da Contratante proibir que outra empresa execute serviços relacionados à engenharia dos equipamentos; e

2.3. Que o edital é omissivo quanto à admissibilidade de faturamento do material com CNPJ da matriz, requerendo seja admitido o faturamento dos materiais pelo CNPJ da matriz/fábrica e a instalação e prestação de serviços pelo CNPJ da filial.

Cita Acórdãos do TCU para, ao final, requerer a alteração dos itens impugnados.

3 – DA MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE

3.1. Quanto às questões impugnadas no Termo de Referência, solicitamos manifestação prévia da Unidade técnica responsável pela contratação, que assim aduz:

Publicado o edital do Pregão Eletrônico n.º 41/2019 a interessada Thyssndrupp Elevadores S/A apresentou impugnação alegando em síntese:

1. Ser exíguo o prazo para atendimento dos chamados previstos nos itens 7.3.3, 7.6.2 e 7.6.6 do termo de referência, haja vista as dificuldades inerentes ao trânsito da equipe técnica, pugnando pela retificação do prazo para o máximo de 60 minutos.

Nossas considerações: não obstante abalizada argumentação, **a impugnação desse ponto não deve prosperar**, por duas razões: a uma, pela manutenção do bem maior, a vida dos usuários, pois há possibilidade de algum passageiro ser acometido por um mau súbito, requerendo resgate imediato, desta forma, entendemos que o prazo de 30 (trinta) minutos descrito no item 7.3.3 do termo de referência, em casos emergenciais como o de pessoas presas, deve ser mantido. A duas, pela reduzida possibilidade de paralisação dos equipamentos em caso de adequadas manutenções corretivas e preventivas, e, ainda, que o problema de falta de energia por parte da concessionária é suportado no prédio anexo pela utilização de gerador e, embora o elevador do prédio sede não tenha cobertura do gerador, os elevadores modernizados devem possuir dispositivo de resgate automático que movimenta o elevador até o pavimento mais próximo, conforme item 5.16 do termo de referência. Ademais, o atual contrato de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores já contempla o prazo de 30 (trinta) minutos, não tendo sido observado nesse período qualquer registro de desconformidade no atendimento.

Observamos porém, que o item 7.6.2 do termo de referência contrapõe-se ao 7.3.3. Apesar disso, entendemos não haver prejuízo aos licitantes, haja vista que a cláusula 7.3.3 garante o prazo de uma hora para atendimento dos chamados em casos não emergenciais. Destarte, é de bom alvitre a alteração do dispositivo, fazendo-se constar o item 7.6.2 com a seguinte redação:

NOVA REDAÇÃO DO ITEM 7.6.2.

7.6.2. A Manutenção Corretiva será realizada de acordo com as necessidades do TRE-PI, mediante Ordem de Serviço emitida pelo Fiscal do Contrato, sendo que a Contratada terá o prazo de até 1 (uma) hora para atender ao chamado para os casos de funcionamento deficiente ou de paralisação dos elevadores.

2. Exiguidade no prazo para conserto do equipamento, conforme descrito no item 7.2.2 do termo de referência.

Nossas considerações: transcrevemos abaixo a íntegra do dispositivo combatido e seu subsequente:

“7.2.2. A CONTRATADA deverá atender às chamadas normais de assistência técnica corretiva, assim consideradas as chamadas realizadas pela Fiscalização nos casos de funcionamento deficiente ou de ocorrência de defeitos e falhas que não ocasionem a paralisação dos elevadores e riscos à segurança dos passageiros no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, restituindo as condições padrão de operação e segurança dos equipamentos no mesmo dia do atendimento.”

Pois bem. A impugnante não atentou que o prazo estabelecido no dispositivo é para pequenos reparos que não comprometem de imediato a paralisação dos elevadores e a segurança dos usuários, conforme destacado. Entretanto, ainda que aparentemente os equipamentos apresentem-se com seu funcionamento normal, podem haver situações que demandem mais tempo para a regularização de seu funcionamento, desta forma, acolhemos o pedido para alterar o dispositivo, devendo figurar a seguinte redação:

“7.2.2. A CONTRATADA deverá atender às chamadas normais de assistência técnica corretiva, assim consideradas as chamadas realizadas pela Fiscalização nos casos de funcionamento deficiente ou de ocorrência de defeitos e falhas que não ocasionem a paralisação dos elevadores e riscos à segurança dos passageiros no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, restituindo as condições padrão de operação e segurança dos equipamentos até o primeiro dia útil subsequente ao chamado.”

Clareando ainda mais a preocupação da licitante, reportamo-nos aos itens 7.3.5, alínea b e 7.6.3 do TR, os quais transcrevemos adiante:

“7.3.5. Com relação a interrupção de funcionamento

b) A interrupção de funcionamento em caso de defeitos deverá ter **duração compatível com o tempo necessário ao imediato conserto**. Os mesmos conceitos são válidos para os casos de consertos ou reparos com caráter preventivo ou geral;”

7.6. DOS PRAZOS E DOS HORÁRIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.6.3. Os prazos poderão ser dilatados por acordo entre as partes, desde que não causem prejuízos a Contratante, devendo constar na chamada o prazo acordado quando diferir do disposto neste item.

Dos dispositivos, observa-se que os prazos para as efetivas manutenções não programáveis (corretivas) não são rígidos, podendo ser aferidos e dilatados por acordo entre as partes, dentro de um lapso temporal razoável para o atendimento da demanda e especificado em documento.

3. Aduz que o ato convocatório é silente no que tange a responsabilidade por intervenção de terceiros contratados pela contratante durante o período da contratação objeto desta licitação e posterior período de vigência da garantia dos serviços/peças (sic).

Nossas considerações: os serviços eventualmente delegados pela contratada a terceiros, objeto do item 9 do termo de referência, somente serão admitidos pelo TRE-PI, quando referentes a parcelas sem relevância técnica e financeira, e foram vislumbrados a exemplo de pinturas de faixas, instalação de eletrocalhas, locação de containeres para retirada de entulho, descarte adequado, etc. Destacamos que nos termos do Anexo IV do Termo de Referência cabe à Administração a obrigação de acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços objeto desta contratação, assim sendo, a obrigação de impedir que terceiros intervenham na execução do objeto contratado decorre do próprio dever de fiscalizar, que só poderá acontecer com a devida anuência do contratante (subitem 9.1 do TR).

4. O licitante alega não constar no ato convocatório a possibilidade ou vedação de faturamento de material com o CNPJ do estabelecimento matriz ou da filial da empresa vencedora do certame.

Entendemos não caber no termo de referência manifestação sobre o tema, devendo este tratar especificamente do objeto. Sugerimos a realização de consulta ao próprio setor jurídico da empresa, ou, quem sabe ao da Administração.

No decorrer da análise foram observados dois itens que **devem ser suprimidos** do termo de referência, pois inoportunos para o objeto licitado, as alíneas f e g, do item 18.45.1, quais sejam:

f) Executar, após prévia aprovação de quem de direito, serviços de maior vulto, de reparos ou substituições, destinados a recolocar o(s) elevador(es) em condições normais de segurança e funcionamento;

g) Enviar ao Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, a descrição e o orçamento das peças a serem substituídas. A aquisição de peças necessárias poderá ser realizada junto a outras empresas que forneçam menor preço;

Ainda, na alínea b do item 7.3.3 do TR deve ser **substituída a expressão “expediente dos agentes executores de manutenção” por “o horário de execução dos serviços”**.

Apresentadas as considerações, subscrevemos.

SEAPT/ENARQ

No tocante à emissão de Notas Fiscais pela Matriz ou Filial, após consulta à nossa Unidade financeira entendemos necessidade de observância às seguintes recomendações do TCU:

Acórdão 1.573/2008 – Plenário
(...)

9.5.6. abstenha-se de efetuar pagamentos de notas fiscais emitidas por estabelecimento de CNPJ diferente daquele constante do contrato ou autorização de fornecimento, exceto quando se tratar de subcontratação autorizada pela Administração”.

Acórdão 3.551/2008 – Segunda Câmara
(...)

11.3.8. atente, quando do pagamento de despesa, a conformidade entre o CNPJ do documento fiscal e o do consignado em instrumento contratual (ou documento equivalente) de fornecimento de bens e de prestação de serviços, mesmo quando o favorecido seja matriz, filial, sucursal ou agência”.

Não merece, pois, prosperar a irresignação da empresa quanto a este ponto.

4 – CONCLUSÃO

Diante das informações colhidas junto às Unidades técnicas, bem como amparado na legislação, nos princípios constitucionais e nos princípios regedores das licitações, conheço do pedido de impugnação para, no mérito, julgá-lo **PROCEDENTE EM PARTE**.

O certame foi suspenso no sistema Comprasnet, o Termo de Referência ajustado e o edital tornou à condição de minuta, estando submetido à consideração superior com posterior publicação de sua reabertura.

CPL, em 12 de novembro de 2019.

Edílson Francisco Rodrigues
PREGOEIRO



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0856569** e o código CRC **0DC3E461**.